

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Unidade Jurisdicional Única - 2º JD da Comarca de Betim/MG, PROCESSO Nº
022062-93.2021.8.13.0027. **EXEQUENTE:** WELLINGTON CLIVER DA SILVA.
EXECUTADO: SABRINA GONCALVES COSTA. O Dr. Rafael Niepce Verona
Pimentel, Juiz de Direito Unidade Jurisdicional Única - 2º JD da Comarca de Betim/MG,
em pleno exercício do seu cargo, na forma da lei, faz saber a todos quantos o presente
Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, através da Leiloeira Oficial Sra. Lilian
Dutra Portugal, será levado à Leilão na modalidade de **LEILÃO ELETRÔNICO** o bem
abaixo descrito, nas seguintes condições:

1) PRIMEIRO LEILÃO: início a partir da inserção do Edital no referido site, com
encerramento no dia **23/10/2024** às 13:00 H, a quem maior lance oferecer, não inferior ao
valor da avaliação. Não havendo arrematação no período do 1º leilão, imediatamente
inicia-se o 2º leilão.

2) SEGUNDO LEILÃO: no dia **23/10/2024** às 13:15 H, inicia-se o fechamento do
segundo leilão, a quem maior lance oferecer, desde que não seja inferior a 60 % (sessenta
por cento) do valor da avaliação (Art. 891, § único, do CPC). através da plataforma
eletrônica www.lilianportugal.com.br.

3) DESCRIÇÃO DO BEM: 01 aparelho celular Motorola G-32, cor preta, usado.

AVALIAÇÃO: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

4) LOCAL DO LEILÃO: O leilão será exclusivamente eletrônico, a ser realizado no
site www.lilianportugal.com.br. **4.1)** O encerramento do período de recebimento de
lances para aquisição de cada item respeitará o cronômetro regressivo indicado na
"Tela de lances" do portal da leiloeira. Caso algum lance seja recebido com o
cronômetro regressivo indicando ao menos de 2(dois) minutos para o encerramento, o
prazo para oferta de lances será prorrogado em dois minutos. A extensão para envio de
lances poderá ocorrer sucessivas vezes até que tenham 2(dois) minutos sem nenhum
lance. **4.2)** Quem pretender arrematar dito bem deverá ofertar lances pela internet através
do site www.lilianportugal.com.br, devendo para tanto os interessados efetuarem
cadastramento prévio, em até 24 horas de antecedência do início do leilão, confirmar os
lances e recolher a quantia respectiva na data designada para a realização da praça, para
fins de lavratura do termo próprio.

5) FORMA DE PAGAMENTO: À Vista: O pagamento total da arrematação deverá ser
feito de uma única vez em 24 horas por depósito judicial, **5.1)** A comissão da leiloeira
será de 5% sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance. O pagamento
da comissão será efetuado em até 24 (vinte e quatro) horas através de depósito em conta
bancária que será informada ao arrematante que deverá encaminhar o comprovante via
email para o leiloeiro. **5.2)** No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação
por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à
devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de

não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução de valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. **5.3)** No caso de acordo, extinção do processo ou pagamento da dívida (remição), a leiloeira será remunerada com o correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor acordado, a e, se requerido após o leilão com recebimento de lances, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição, e, no caso de Adjudicação, a remuneração da leiloeira será paga pelo adjudicante, e depositada antes da assinatura da respectiva carta.

6) CONDIÇÕES DE LEILÃO: **6.1)** Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

6.2) Caberá aos arrematantes tomar todas as providências e arcar com todos os custos para a regularização e transferência do bem e compete ao interessado na arrematação a verificação do estado de conservação do mesmo, não podendo alegar desconhecimentos de suas condições, características e localização

6.3) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão.

6.4) Em casos de inadimplência ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da leiloeira.

6.5) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, a leiloeira pública comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal."

6.6) Para os lotes arrematados, o pagamento será realizado através de guia judicial, sendo que o comprovante de pagamento deverá ser encaminhado via e-mail para a leiloeira mesma data.

6.7) Ao final do leilão será observado o direito de preferência às partes, atribuindo-se, ao final, a quota parte correspondente a cada coproprietário relativamente ao produto da alienação.

6.8) Os créditos tributários pertinentes ao bem, assim como os de natureza *propter rem*, podem sub-rogarem-se sobre o respectivo preço (art.908 §1º, CPC)

6.9) O presente edital será publicado no site www.lilianportugal.com.br conforme Art.9º, §2º da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018 e Art.887, §2º do CPC.

6.10) A arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pela leiloeira, observadas as disposições do art. 903 do CPC.

INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados as partes por meio de seus procuradores das datas acima, os coproprietários, seus cônjuges, se casados forem, bem como os credores para os efeitos do art. 889, inciso I e V do CPC/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidos no §1º do art. 903 do CPC será de 10 (dez) dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903 §2º do CPC/2015). Maiores informações com a leiloeira, LILIAN PORTUGAL, Matrícula JUCEMG nº 166, com escritório à Rua Henrique Tamm, 404, São Bernardo, Belo Horizonte/MG, telefones: 31-301142-00 e WhatsApp 31-98480-0201.